

PERDA DE PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO: PRAÇA RUI BARBOSA, BAURU - SP

THE LOSS OF A HERITAGE LANDSCAPE: RUI BARBOSA SQUARE, BAURU-SP

FALCÃO, Emília

Arquiteta paisagista, professora doutora do Departamento de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: emilia@faac.com.br

RAFACHO, Amanda Murino

Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: amanda_mr@bol.com.br

RESUMO

O artigo relata as implicações da execução de um projeto paisagístico, datado de 1991, na cidade de Bauru, interior paulista, que incorpora como problema central à revitalização do centro urbano. Questiona-se a validade dos conceitos e métodos utilizados nesse projeto e procura-se dar subsídio à compreensão de que houve perda com a destruição da configuração espacial anterior que apresentava significativo valor simbólico. Coloca-se o contexto de criação do projeto executado no início do século XX, assim como suas características, e o do projeto implantado em fins do mesmo século, 1991, numa perspectiva histórica.

Palavras-chave: História, método e projeto.

ABSTRACT

The article reports the implications of a landscape project execution from 1991, in Bauru city, a São Paulo 's countryside, which incorporates as central problem the revitalization of urban centers. It questions the value of concepts and methods used in this project and it intent to give supply to the comprehension that the destruction of the first spacial configuration brought a lost which representes an important simbolic value. It contextualize the criation of the project implanted in the beggining of the 20th century, as though as its characteristics and the ones refered to the project built in the end of the same century, 1991, on an historical view.

Key words: History, method and project.

Introdução

O café e a expansão ferroviária marcam a evolução urbana de Bauru, município do interior paulista, desde fins do século XIX. Hoje essa história ainda está presente no prédio da estação ferroviária central, nos caminhos de ferro que serpenteiam pelos fundos de vale, na configuração da malha viária, ortogonal rígida (reproduzida até hoje), e, por fim, na conformação dos cheios e vazios do tecido. Esses elementos fazem parte da morfologia urbana contemporânea, revelando uma sobreposição temporal que mostra, na paisagem, as mudanças e transformações operadas na estrutura sócio-econômica e cultural da cidade. Desse modo, a paisagem conta a história do lugar.

O elemento dessa paisagem que sintetiza de maneira mais acabada os vários momentos dessa história é uma praça central, a primeira da cidade, que inicialmente foi chamada de Praça Municipal, depois Régis Bitencourt e finalmente Praça Rui Barbosa (PINTO, 1997).

Neste artigo faz-se uma leitura sobre esse espaço em diversos "tempos" estabelecendo-se relações entre as mudanças sobre as formas de apropriação pela população, as transformações que ocorreram na estrutura urbana da cidade, assim como (num segundo plano) em decorrência do aparecimento de novos meios de comunicação. A ênfase em um marco temporal específico (a implantação de um projeto de revitalização na década de 1990), pretende contrapor aspectos

relativos aos interesses que motivaram sua criação e redesenho, e seu valor enquanto espaço referencial para a população do município; valor esse reforçado pela dimensão temporal exercida sobre o espaço e conseqüente associação deste à vida dos indivíduos e da comunidade.

Pretende-se discutir os interesses envolvidos no projeto de revitalização e a perda do relevante patrimônio paisagístico ocasionada pela destruição da configuração anterior a essa revitalização. A influência do saber disciplinar (considerando o que o novo espaço revela enquanto valores adotados pelo arquiteto) e a dinâmica social, principalmente a predominância dos interesses das classes privilegiadas.

Metodologia

O resgate de fatos e história das mentalidades foi feito através de bibliografia (FONTES, 2005; GHIRARDELLO, 1992/2001; e PINTO, 1997), entrevistas com usuários da praça e antigos comerciantes, além de consultas ao principal jornal local.

O referencial teórico adota conceitos elaborados por Villaça (1996), Magalhães (2001), Montaner e pesquisa realizada por Carvalho (2004) em praças de três cidades de porte médio do interior paulista. Os livros *A alegoria do patrimônio*, *Quadro do paisagismo no Brasil* e *Praças brasileiras* permitiram uma reflexão e definição sobre o valor do espaço (destruído) para a construção da história da cidade e para a sociedade contemporânea local, sob o aspecto simbólico, ainda que sejam questionados outros valores.

As primeiras configurações

Antes da implantação do primeiro projeto paisagístico a área conhecida hoje como praça Rui Barbosa era identificada como “Saara” numa alusão ao ambiente natural da cidade: solo arenoso e clima quente. Constituíam-se então em uma área quase plana, sem vegetação, configurada pelas construções do entorno onde se colocava uma pequena capela, derrubada com o objetivo de permitir o prolongamento da rua Batista de Carvalho, que se tornaria a mais importante rua comercial da cidade durante o século XX.

A implantação do primeiro projeto data de 1914, dentro da linha projetual do paisagismo romântico, ou numa definição mais genérica, do jardim inglês, composto por lago, caminhos sinuosos, vegetação exótica arbustiva e arbórea. O desenho foi elaborado pelo projetista paulistano Heitor de Andrada Campos e muito se assemelha à praça da República, aberta ao público em 1905 na cidade de São Paulo, revelando uma transposição de idéias da capital para as pequenas aglomerações que iam surgindo no interior do estado.

Ghirarello (1992) nos dá informações sobre as características desse projeto e da cidade onde se insere. Segundo esse autor a praça “colocava a cidade em sintonia com o que havia de mais moderno à época, trazia pela primeira vez ao sertão do Estado uma contemporaneidade que se destacava em toda a paisagem urbana. (...)”.

Em decorrência das características do projeto implantado, o uso da praça deixa de ser religioso e passa a ser de contemplação, de apreciação sobre o conjunto estruturado pelas formações vegetais de espécies exóticas, pelos elementos em ferro fundido (como o coreto e luminárias), pelo lago (que, com 337.000 litros de água, era maior que o reservatório para o fornecimento de água à população).

“A iluminação era feita por postes decorativos com lâmpadas a arco voltaico em qualidade e quantidade maior que em qualquer ponto local. (...). As alamedas eram pavimentadas com asfalto e pó de pedra sendo os únicos passeios públicos a terem calçamento.” (GHIRARDELLO, op. cit.).

Esse espaço se coloca dentro de um contexto maior, que surge no século XIX com a “consolidação, no Brasil, do ato de projetar o espaço livre” (MACEDO, 1999). Característica desse período



Figura 1: A configuração implantada em 1914
Fonte: Arquivo Luciano Pires



Figura 2: Detalhe da configuração implantada em 1914
Fonte: Arquivo Luciano Pires

é a implementação de linhas projetuais definidas sob a denominação de “Ecléticas”. Segundo Macedo (op. cit.), o Eclétismo subdivide-se em duas correntes: uma linha clássica que predomina do início ao meio do século XIX, resultante da influência da Missão Francesa no Brasil e da tradição jardineira portuguesa, e outra denominada romântica. Já a linha romântica, teve origem no movimento conhecido como “Landscape Gardener”, nascido na Inglaterra no século XVIII, que difundiu-se por vários países a partir dos projetos de Alphan para a construção do sistema de áreas verdes de Paris.

A criação da praça Rui Barbosa em Bauru, a semelhança do que ocorreu em outras cidades paulistas, revela a vontade da elite cafeeira em levar para as pequenas aglomerações interioranas a imagem de modernidade, mesmo que estas tivessem carências relativas à infra-estrutura geral. Como aconteceu na cidade de Rio Claro, a nova praça criou a referência de centro para uma área que se expandia a partir da estação ferroviária, afastada do aglomerado inicial que deu origem, no caso de Bauru, ao “Patrimônio”.

Incorporada a vida da cidade, a praça é espaço de lazer freqüentado por famílias e grupos de amigos. No entanto, denunciando o provincianismo da sociedade local, nos anos 1930, pessoas negras eram proibidas de freqüentá-la. A impunidade ao preconceito racial, e a inexistência de contestação, fazia com que pessoas negras só pudessem freqüentar áreas fora dos seus limites (JC- 10/04/1994).

Na década de 1950, são percebidas mudanças na forma de apropriação da praça. Nesse período, o espaço recebe a primeira reforma, adequando seu traçado ao aumento da intensidade de circulação interna, ao mesmo tempo em que diminui seu uso como espaço de lazer.



Figura 3: Detalhe da praça com a matriz ao fundo
Fonte: Arquivo Luciano Pires



Figura 4: Detalhe da ponte (cimento imitando madeira) sobre o lago artificial
Fonte: Arquivo Luciano Pires

Não se conhece pesquisa específica que possa ser associada às mudanças ocorridas nesse espaço, no entanto, transformações tecnológicas que começam a surgir na segunda metade do século XX (nos meios de comunicação e transportes em geral), podem ser identificadas como causa para as modificações na apropriação da praça. A esse respeito Choay (2001) coloca que uma verdadeira revolução cultural teve início nesse período e continua se operando. O que está se processando deste então é o fenômeno da imaterialidade espacial que envolve as relações humanas. Citando Melvin M. Webber *"The non-place urban real"*, Choay fala da "constituição de comunidades libertas de qualquer enraizamento". Ainda segundo a autora o "impacto das 'novas tecnologias' sobre o âmbito das edificações das sociedades da segunda metade do século XX pode ser resumido pela generalização e consagração de um 'urbanismo de redes', isto é, pela extensão, na escala dos territórios e do planeta, de redes de infra-estruturas técnicas, associadas ao gigantismo das redes de telecomunicações. Esse processo de reticulação dos espaços físicos naturais e não naturais tem seu funcionamento baseado numa nova lógica. Essa lógica 'de conexão' distingue-se e opõe-se às lógicas tradicionais locais de articulação do espaço construído, que se baseiam na harmonização dos elementos construídos entre si e com seu contexto natural e cultural". Em que pese as diferenças existente entre a realidade brasileira da européia (sobre a qual ela trata), o fenômeno discutido por Choay atinge todas as sociedades do planeta em menor ou maior grau, com ênfase em uma ou outra forma de tecnologia.

Nos 40 anos que separam a década de 1950 até 1990, quando foi implantado o projeto de revitalização, as narrativas colhidas dizem respeito à deterioração do local. O espaço passou a ser ponto de prostituição, com os banheiros públicos utilizados para o consumo de drogas.



Figura 5 – Em primeiro plano o lago e ao fundo o prédio do Automóvel Clube de Bauru
Fonte: Arquivo Luciano Pires

Novo contexto, novo projeto

Apesar da crise do ciclo econômico do café, no último ano da década de 1920, Bauru continuou crescendo, em função de ser o ponto de onde partia a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que diferentemente das outras ferrovias implantadas até ali (que iam atrás das plantações de café), abriu caminho para posterior implantação de fazendas. Em cada estação criada ao longo da Noroeste, nasceu uma cidade, que tinha em Bauru o entreposto comercial e de serviços mais próximo. Ao contrário de muitas cidades que se estagnaram, Bauru continuou crescendo sustentada pelo setor terciário: comércio e serviços. A expansão do tecido urbano acompanhou esse crescimento e acabou por gerar uma dinâmica espacial comum as grandes e médias cidades brasileiras.

Dessa dinâmica, interessa entender a forma de segregação de parcelas da população dentro do tecido urbano e suas conseqüências para o espaço público, no caso deste estudo a Praça Rui Barbosa. Essa abordagem avança para além das colocações sobre a revolução tecnológica para explicar outras condicionantes para o espaço público.

Apesar de vários autores tratarem da questão da segregação espacial adotam-se aqui as definições de Villaça (1998). Esse autor coloca que o entendimento sobre a segregação espacial é fundamental para a compreensão da estrutura espacial da cidade. Apesar de que sua pesquisa aplica-se as grandes metrópoles brasileiras (São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte), esses conceitos podem ser aplicados também para cidades médias.

O termo “segregação espacial” não se refere à ocupação da periferia e áreas de fragilidade ambiental pela população de baixa renda, como é comum. Também as camadas da população de maior poder aquisitivo estabelecem-se em um setor diferenciado do tecido urbano, seguindo sempre determinada direção de expansão territorial (abandonar a direção radial significa piorar a acessibilidade), sem nunca sair de determinado quadrante (salvo raras exceções). Essa segregação diferencia-se da segregação de parcelas desfavorecidas da população urbana pelo fato de ser voluntária. Villaça citando Castells (1978) afirma que *“a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana”*.

A lógica que determina a dinâmica territorial é a ocupação de novas áreas, ocupação essa orientada pelo mercado imobiliário e pela geração de novas formas de valorização do capital. O centro se desloca, pelo movimento de estabelecimentos comerciais e de serviço (shoppings, escola das crianças, médicos, bufês, restaurantes, dentistas, salões de beleza, clubes, etc.), que

vão caminhando em sincronia com o aparecimento de novos bairros residenciais. A nova configuração, estrutura-se sobre o sistema viário que privilegia o sistema individual de transporte, otimizando o tempo de deslocamento, fator principal para a organização desses novos setores urbanos. No entanto, segundo aquele autor:

“(...) nem sempre as burguesias procuram o ‘perto’ em termos de tempo e distâncias. Às vezes elas se afastam na busca de grandes lotes e ar puro, por exemplo, mas mesmo quando isso ocorre há limites para esse afastamento. Nesses casos, elas procuram trazer para perto de si o comércio, seus serviços e o centro que reúne os equipamentos de comando da sociedade – e isso não por razões simbólicas ou de status, mas pela razão muito prática de que elas o freqüentam intensamente e nele exercem muitos dos seus empregos. Revolucionam o centro principal, produzem ‘centros expandidos’, o ‘seu’, centro e o centro ‘dos outros’. A nova mobilidade territorial permite e requer um centro totalmente novo. Disso se aproveitam os interesses imobiliários na sua constante tentativa de encurtar a vida dos produtos imobiliários.”

Das colocações de Villaça, pode-se avançar no sentido de entender que o processo de segregação espacial e a valorização de determinadas áreas induz a degradação de outras, que são abandonadas. A história da Praça Rui Barbosa encaixa-se nesse contexto. A praça, como muitas outras implantadas pelas cidades brasileiras, sofreu com as transformações urbanas. O deslocamento do centro, configura-se como fator determinante para sua transformação.

Dentro desse contexto amplo, uma parcela da sociedade local, interessada em reverter esse processo, reivindicou a revitalização do espaço.

É significativo que as obras do primeiro e maior shopping center da cidade tenham sido iniciadas nos últimos anos da década de 1980. Não parece mera coincidência que a proposta de revitalização da praça tenha surgido nesse mesmo período. Esse fato reflete o conflito no interior da camada privilegiada da população, representada pelos interesses de comerciantes estabelecidos nas ruas próximas à praça, que se sentiram lesados, e aqueles que estavam abrindo seus negócios e serviços em pontos mais ao sul, distantes do centro (caso do shopping). O poder público local, chamado a intervir, resolve pelo projeto de revitalização, criando um calçadão e reformando totalmente a praça. O modelo adotado é o do centro da cidade de Curitiba e o objetivo é acabar com a delinqüência e conseqüente degradação do espaço.

Numa análise sobre o novo projeto, sua inadequação começa a ser identificada pelo corte das árvores.



Figura 6: A atual configuração da praça Rui Barbosa
Foto: Marcos Antonio dos Santos
Arquivo: Emília Falcão

Numa cidade cuja temperatura chega a mais de 30 graus em quase todo o verão, a supressão de diversas espécies arbóreas transformou o micro-clima do local, subtraindo-lhe uma importante qualidade, principalmente considerando que o centro urbano caracteriza-se como ilha de calor.

A concepção da “nova” praça: valores e conceitos implícitos

Em pesquisa recente Fonte (2004) identifica que a questão de segurança ainda é a principal preocupação dos usuários da Rui Barbosa, apesar das intenções do projeto de revitalização. Dentre o universo de pessoas consultadas 79,5 referiu-se à segurança como o principal elemento de insatisfação. Desse modo, fica evidente que o desenho não tem a capacidade de modificar uma condição que transcende o aspecto formal. Por outro lado, o novo projeto se fundamenta em conceitos anacrônicos, considerando a circulação de idéias que envolvem preceitos da arquitetura moderna, já amplamente superados.

A esse respeito, Montaner (2001) coloca que *“a revalorização da idéia de lugar estaria estreitamente relacionada com o início da recuperação da história e da memória, valores que o espaço do estilo internacional – ou antiespaço – rejeitava”*.

Tratando da definição das palavras espaço e lugar, Montaner os diferencia claramente ao atribuir ao primeiro *“uma condição ideal, teórica, genérica e indefinida (...)*. Ao contrário, o lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e elementos, pelos valores simbólicos e históricos (...)”.

Magalhães (2001) resgata a definição de Argan para o conceito de espaço quando trata da teoria que envolve a arquitetura paisagística. Argan considera que o espaço é formado por dois elementos: a natureza e a história. *“Estes componentes são necessários porque neles está compreendido todo o pensamento do homem: sempre que o homem quer criar deve enfrentar-se com o mundo físico que o rodeia e com todos os feitos do passado”* (ARGAN, 1966, citado por MAGALHÃES, 2001). Ainda segundo essa autora o modernismo *“tentou virar as costas à história na mira de reinventar uma nova intervenção do homem na paisagem, que nada bebesse do passado, que fosse totalmente pura, na sua inovação (...) A vaga de contestação feita ao Modernismo, a partir dos anos 70, inclui naturalmente um retorno à história, como matéria auxiliar da concepção do espaço, mas mais do que isso, como matéria indispensável à compreensão do presente e à construção do futuro”*.

Dentro dessa mesma discussão há que se considerar também os valores simbólicos do espaço. Preservá-los mantém o sentido de lugar e a identidade da comunidade. Descartar elementos históricos leva ao desperdício de elementos que agregam diversidade ao espaço.

Conclusão: Quais os conceitos pertinentes à intervenção?

O resultado da intervenção projetual realizada em 1991 denota conceitos frágeis e concepção estética pobre, comprometendo a qualidade do espaço.

A adoção do conceito que um desenho de linhas novas teria o poder de reverter um processo complexo, trouxe como prejuízo irremediável a perda de importante patrimônio histórico da cidade. Também aspectos ambientais, novas dinâmicas urbanas assim como a complexidade de um novo contexto cultural, foram desconsiderados.

Projetos que pretendem a revitalização do espaço, articulando apenas elementos formais, tendem ao fracasso, já que a degradação deve ser vista sob perspectivas diversas.

Na formulação de conceitos que serviriam de base para a intervenção importa elaborar uma pergunta. Sob que aspecto o espaço está degradado e ainda: para quem? Quais as medidas adequadas para a promoção da vitalidade perdida?



Figura 7: A configuração atual
Foto de Amanda Rafacho



Figura 8: A impermeabilização da área como diretriz principal do projeto
Foto de Amanda Rafacho



Figura 9: Jardim Público de Rio Claro
Foto: www.rioclaro.sp.gov.br:444/cidade3.asp

Conforme Macedo, as “reformas, comuns em áreas já consolidadas da cidade, em geral visam revitalizar e readequar áreas para uma nova apropriação”. O mesmo autor pergunta: “É necessário reformar a praça? Por que? (...) É o caso de se perguntar se seus desenhos eram inadequados e obsoletos, e se o novo projeto contempla de fato os usuários”. No caso da Rui Barbosa pode-se responder com segurança que o novo desenho não contempla de fato os usuários, já que há poucas áreas sombreadas, as pessoas sentem falta de água para beber, banheiro em boas condições de uso, e manutenção em geral.

A maioria dos usuários são pessoas aposentadas e trabalhadores do comércio, que costumam permanecer na praça jogando cartas, conversando, descansando no horário de almoço. Seu uso caracteriza-se efetivamente como local de passagem, onde a permanência é curta: passar um tempo antes de começar a trabalhar, no intervalo do almoço. As pessoas que tem a intenção de ficar na praça por mais tempo, são os idosos, em sua maioria aposentados, que moram naquela região ou utilizam-na como ponto de encontro com amigos. Em outras palavras, o uso é diferente do que caracterizava a praça em outros tempos, no entanto, existe e poderia ser ampliado. A praça é usada, mas não pelo público que o projeto pretendia atrair.

Segundo Macedo (op. cit.), como pode ser atestado por espaços como o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, construído em 1875, e a Praça da República em São Paulo, projetos antigos podem ser assimilados em novas estruturas morfológicas urbanas. Existem exemplos também em cidades médias. Em Rio Claro, o Jardim Público (formado pela junção das praças XV de Novembro e Sargento Otoniel Marques Teixeira), mantém seu uso para encontros, passeios e descanso pela amenização climática do ambiente.

Macedo coloca ainda que existe uma tendência de valorização de espaços construídos no passado, que mostra a preocupação com a conservação de estruturas espaciais de valor simbólico para a sociedade. Essa valorização vem sendo construída durante todo o século XX no mundo inteiro, como atesta a história das Conferências Internacionais para a Conservação dos Monumentos Históricos. Choay (2001) coloca que se na primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que aconteceu em Atenas em 1931, participaram apenas países europeus, a segunda “em Veneza, no ano de 1964, contou com a participação de três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial (...)”.

Nas entrevistas realizadas para a elaboração deste artigo evidenciou-se a indignação da comunidade com a reformulação da praça.

Mas o que fazer agora? A situação é irremediável. Recuperar o desenho anterior não tem apoio na teoria que embasa a disciplina de restauro do patrimônio histórico (como pode ser visto em CHOAY, op. cit.). Propõe-se então a elaboração de um novo projeto que considere as questões ambientais e a percepção da população sobre o local, sem no entanto tentar recuperar o que foi perdido.

Notas

- (1) Ver CARVALHO, Pompeu Figueiredo. Revitalização de Praças e Jardins nas Áreas Centrais de Cidades Médias Paulistas. In: II ENCONTRO EM ANPPAS, Indaiatuba, Anais, Indaiatuba 2004.
- (2) Interessa a autora identificar nessas transformações o elemento de interesse pela preservação do patrimônio histórico. Utiliza-se aqui a mesma reflexão para entender as transformações operadas no espaço público, em que pese a diferença de contexto (europeu) para o brasileiro.
- (3) Em palestra na cidade de Bauru no ano de 2005 o autor discorreu sobre uma nova pesquisa que aplica esse conceito para as cidades médias. Não se tem notícia da publicação da pesquisa até agora.

Bibliografia

- ARGAN, Giulio Carlo. *El concepto del espacio arquitectónico. Desde el barroco a nuestros días*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1966.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; JOSÉ, Francisco; BRAGA, Roberto. Revitalização de praças e jardins nas áreas centrais de cidades médias paulistas. In: II ANPPAS, Indaiatuba, Anais... Indaiatuba: SP, 2004, p. 7-16.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- FONTES, Maria Solange G. de Castro; MURATA, Denise Missae. *Avaliação Pós-ocupação em espaços públicos abertos: O caso da praça Rui Barbosa*. In: I CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. 2004, São Paulo, SP. Anais... São Paulo: clACS'04, 2004. 1 CD.
- GHIRARDELLO, Nilson. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992.
- _____. Nilson. *A boira da linha*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP/QUAPÁ, 1999.
- MAGALHÃES, Manoela Raposo. *Arquitetura paisagista: Morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MONTANER, Josep Maria. *A modernidade superada/arquitetura, arte e pensamento no século XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS, 2001.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- VILAS BOAS, Fernanda. Footing nos anos 30. *Jornal da Cidade*. Bauru-SP, 10 abr. 1994.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.